

PERCURSOS E PERCALÇOS NO CERRADO MATO-GROSSENSE: MEMÓRIAS DA COOPERATIVA E DA MIGRAÇÃO LUCAS DO RIO VERDE – MT (1981-1987)

RESULTADO DE INVESTIGAÇÃO FINALIZADA.

GRUPO DE TRABALHO 5 - DESENVOLVIMENTO RURAL, GLOBALIZAÇÃO E CRISE.

SANDRO APARECIDO LIMA DOS SANTOS

RESUMO:

Este trabalho apresenta a reconstituição da memória dos processos que levaram um grupo de famílias a migrar para o Estado de Mato Grosso visando garantir de condições para se reproduzir enquanto agricultores através de uma cooperativa - a Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde - no contexto de ocupação do território mato-grossense através da colonização capitaneada pelo poder público ou privado. Para a compreensão das motivações destas famílias recorreu-se às informações contidas nos documentos da cooperativa, do Instituto de Terras do Mato Grosso, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Banco do Brasil e dos cartórios e que foram cruzadas com as memórias presentes nos depoimentos orais das famílias que ainda vivem na localidade.

PALAVRAS-CHAVE: MIGRAÇÃO, COOPERATIVA, MEMÓRIA.

1 - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Nas sociedades capitalistas, os processos migratórios estiveram, e ainda estão, ligados às práticas e às representações relacionadas com as garantias de sobrevivência. Nestas sociedades, o processo migratório é mais do que resultado de um agregado de decisões individuais. Em dada conjuntura, a produção das garantias de sobrevivência pode repelir ou atrair fluxos migratórios. A compreensão destes deslocamentos implica conhecer as práticas e representações por trás destes deslocamentos, desvendando-se as expectativas e oportunidades que se colocaram para estes migrantes.

Na década de 1960, no Estado de São Paulo onde a modernização agrícola despontou antes, as mudanças nas forças e nas relações de produção no campo já desenhavam suas repercussões.

O abastecimento dos grandes centros pela agricultura já estava colocada no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do Governo Dutra (1946 - 1950) e, antes, no planejamento do Governo Vargas (1951-1954). Mas na década de 1960, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1955 - 1960) incumbiu o setor agrícola de “superar a condição de retrógrada e atrasada através da modernização, mecanização e dinamização e, dessa maneira, desarticular os interesses dos setores arcaicos” (Tolentino, 1991, p.161).

A proposta federal ecoou no governo do estado de São Paulo com intervenções no setor agrário planejadas nos moldes da perspectiva desenvolvimentista vigente. Na década de 1960, estas mudanças se intensificaram com a estruturação do setor de bens de produção e o conseqüente barateamento do preço destes bens, comparado aos importados.

A difusão e a articulação desses incrementos produtivos sinalizaram a constituição do complexo agroindustrial em substituição a um complexo rural. Se no primeiro, a atividade agrícola

conhecia relativa autossuficiência ao produzir seus próprios meios de produção e os bens de consumo final, no segundo, a agricultura se tornava uma atividade sob o domínio do capital industrial e financeiro e do processo global de acumulação capitalista. Müller (1980) define complexo agroindustrial como:

Um conjunto composto pela sucessão de atividades principais e acessórias vinculadas a produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas. Dentre as atividades principais incluem-se a geração destes produtos, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, Dentre as etapas acessórias, incluem-se a coleta a armazenagem, transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas e financiamento (p.9).

A difusão de tratores, implementos agrícolas, adubos, pesticidas, sementes selecionadas, rações e consultorias técnicas materializaram os aspectos técnicos deste processo, mas, os recursos necessários para aquisição destes serviços e produtos nem sempre eram acessíveis aos produtores. A criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), em 1965, viabilizou financeiramente o processo de modernização com o crédito rural para custeio e investimento a juros subsidiados. Deste modo, o Estado solidifica seu pacto com o setor agroindustrial, proporcionando “as condições objetivas para o barateamento relativo dos insumos agrícolas modernos (crédito para custeio) e de máquinas e equipamentos (crédito para investimento)” (Martinelli Júnior, 1991, p. 8).

Os pequenos produtores se viam diante de um duplo desafio: o primeiro era a modernização para sobreviver a concorrência com latifundiários e com outros minifundiários; enquanto o segundo era a manutenção da propriedade fundiária, ante a pressão dos grandes fazendeiros pela incorporação de suas terras e, se possível, a ampliação de suas terras em um cenário de crescente indisponibilidade fundiária.

Esta era a realidade comum aos entrevistados quando moravam no interior do Estado de São Paulo. No depoimento de N. H. (2003) a constatação de que a reprodução da condição de agricultores estava comprometida transparece como motivação para a migração:

Muitas vezes nós nos encontrávamos com os pais, com os outros irmãos e conversávamos sobre as dificuldades que existiam na época, principalmente na área agrícola. Esses financiamentos bancários que todo mundo precisava para iniciar, para dar conta do trabalho. Pegava esses financiamentos bancários e, aos poucos, esses financiamentos foram engolindo, por assim dizer, muitos agricultores.

Os financiamentos necessários para o acesso às inovações tecnológicas – tratores, pesticidas, sementes, vacinas – ou à compra de terras se tornaram objeto de preocupação. Os novos investimentos tinham sua rentabilidade relacionada à escala de produção que dependia da área cultivada, no caso da agricultura. Na letra dos programas de promoção do desenvolvimento rural estava expressa a necessária superação do minifúndio obsoleto e de suas mazelas, bem como superação do latifúndio improdutivo. A modernização agrícola desencadeou um processo de concentração fundiária em todo o país.

Neste sentido, nosso trabalho principiou pela busca das memórias das experiências e das representações destes homens, mulheres e famílias sobre as motivações da migração para o Estado de São Paulo para a Gleba de Lucas do Rio Verde, no Estado de Mato Grosso.

2 - A EXPECTATIVA DE DESLOCAMENTO E AS EXPERIÊNCIAS COMUNS.

A concentração fundiária voltou a ameaçar nossos depoentes, agora no Estado de Mato Grosso. Além do cerco promovido pelos latifúndios de soja e de milho, a outra dificuldade relaciona-se à falta de crédito para o financiamento da safra, com juros mais baixos. O crédito foi comprometido por conta

da hipoteca das terras em função da concordata da COOPERLUCAS (Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde) em meados da década de 1990. No depoimento de P. V. (2003), a narração de fatos passados é emoldurada pelo tom de denúncia ou de desabafo sobre a situação presente.

Pois é: nossa vida não mudou nada de vinte anos pra cá, por que nós eramos pobre e estamos pobre aqui, a mesma coisa. (...) O negócio é vender aqui, nem que seja um pouco mais barato do que vale, para estudar o filho ou partir para outra terra lá, porque aqui não adianta tentar. Está tudo espremido também! Quem tem 2.000 ha, tem 2.000 ha. Quem tem 100, tem 100. Quem tem 200, tem 200.

Conforme Thompson (1992) “o processo da memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. A fidedignidade depende em parte do interesse que determinado assunto tem para o informante” (p.175).

A ampliação do patrimônio fundiário como garantia de futuro pareceu ser principal motivo para a migração, conforme narração de P.V. (2003).

Você ficava quatro ou cinco anos trabalhando uma fazenda. Quando estava bem bonita aquela fazenda, o cara pegava limpinho. Bonitinha para plantar! Aí ele botava a gente para fora para pegar outra terra bruta pra abrir, de novo. Daí nós começamos a pensar: se nós adquirirmos terra própria, nossa, vai ficar muito mais fácil para nós, porque, aí, nós poderemos investir em cima que, aí, nós vamos ficar dez, quinze ou vinte anos.

Aumentar as terras era imperioso para aqueles que não desejassem mais gerar valores para outros através da abertura e formação de fazendas. Quanto maior o patrimônio, menores eram os riscos de proletarização contínua.

Entre os membros da cooperativa havia descendentes de holandeses e suíços que viveram o processo de minifundiarização no interior das cooperativas de Holambra I e Holambra II¹. Menos de uma geração depois da criação de Holambra I, foi criada a Holambra II para abrigar e garantir o sustento das novas famílias, no oeste de São Paulo. Anos depois, a insuficiência fundiária se repetiu na Holambra II.

Para as gerações mais jovens das Holambras e para os pequenos produtores da região do Paranapanema a modernização agrícola e a concentração fundiária impeliam à busca de espaços fundiários que favorecessem a ampliação do patrimônio - terra e outros bens - e a continuidade da reprodução como produtores rurais.

A condição do pequeno produtor entre os entrevistados não era homogênea. As experiências eram diversas: famílias ou indivíduos descendentes de suíços e holandeses fixados em colônia com identidade cultural distinta, famílias de pequenos proprietários rurais do entorno da Holambra II, famílias ou indivíduos na condição de lavradores arrendatários, empregados rurais ou meeiros. Contudo, todos experimentaram a concentração fundiária; o desejo e/ou a necessidade de adquirir ou ampliar patrimônio para si ou para seus descendentes; a experiência ou disposição para o trabalho de cultivo da terra.

No interior de São Paulo, a proximidade geográfica proporcionara a estas famílias uma condição comum: eram vizinhos na terra da expulsão.

E aos poucos foi se formando, não só ao redor dos meus irmãos, mas ao redor das outras pessoas, principalmente, da Holambra, um grupo de pessoas que se interessava em liquidar tudo e começar de novo em algum lugar do Brasil.

Daí o entrosamento cada vez mais aumentou e começou a formar um grupo unido e interessado, aliás, se chamava assim ‘grupo de interessados’.

Conforme depoimento de N. H. (2003), no parágrafo acima, o “grupo de interessados” começou a se constituir, inicialmente, com os irmãos de N.H., alguns empregados deles e outros moradores da

cooperativa de Holambra II e dos entornos. Um coletivo de famílias e indivíduos se formou tendo em comum o desejo de recomeço em outro lugar. Depois da formação do grupo de interessados, a expectativa da migração começava a ganhar contornos coletivos. O elenco de similitudes não significa homogeneização ou uniformização deste grupo². As biografias eram distintas e a realidade da pequena produção no Brasil é heterogênea. As motivações lembradas são construídas em circunstâncias diferentes daquelas das motivações vividas.

A identificação de uma nomenclatura pelos quais estes homens e mulheres se reconhecessem não pretende ser uma generalização que encobre as especificidades das experiências vivenciadas e das representações tecidas. A descrição de si, a autoimagem do indivíduo, ainda que tenha contornos esmaecidos fornece elementos sobre o modo como os sujeitos históricos pretendem ser conhecidos e/ou lembrados. Aqueles com quem conversamos dizem que são conhecidos nas redondezas de Lucas do Rio Verde como “paulistas”. Ao lembrar as dificuldades dos tempos da chegada à gleba se dizem “pioneiros”. Ao lembrar a gestação da cooperativa se dizem membros do “grupo de interessados”.

A diretoria do “grupo de interessados” viajou por diversos Estados do país, pesquisando áreas, entre as quais, a Gleba de Lucas do Rio Verde que chamou atenção devido ao pequeno número de posseiros presentes, condição fundamental para aquele grupo que, na fuga da concentração fundiária, não pretendia arriscar patrimônio nos imbróglios das desapropriações e das disputas jurídicas por reconhecimento de propriedade.

A admissão da venda de parte ou de todo o patrimônio e a busca de novas áreas alimentava as expectativas de recomeço pontilhadas de sentimentos como medo e esperança. O medo podia ser contido por meio do controle dos riscos através da reserva de patrimônio no local de origem ou da garantia legal do acesso às terras pretendidas. Esperança de uma vida melhor com menores ameaças, medo do abandono da situação conhecida. A esperança podia ser aumentada através do aproveitamento de oportunidades como o cenário político favorável à atuação de cooperativas e colonizadoras e a distância das áreas marcadas pelo processo de concentração fundiária. Com o “grupo de interessados” os medos e as esperanças agora eram partilhados, o controle dos riscos seria dividido e o aproveitamento das oportunidades seria potencializado.

A experiência das famílias oriundas da Holambra I e II no cooperativismo, a vizinhança e as interações destes com outros pequenos produtores, a pressão dos modernizados latifúndios paulistas e o fomento do governo federal às cooperativas eram situações consideradas na definição da cooperativa como estratégia de aquisição de terras em outro lugar. A cooperativa figurou como instrumento racional para aquisição de terras: uma organização que permitiria combinar racionalidade e ousadia para recomeçar dentro de um quadro de riscos calculados e controlados e de maximização do aproveitamento das oportunidades.

3 - A INICIATIVA MIGRANTE: AVENTURA E EMPREENDEDORISMO.

A migração deitava raízes entre nossos depoentes. Os suíços e holandeses da Holambra I e II a haviam vivenciado, enquanto seus descendentes a conheciam dos relatos de familiares. Segundo depoimento de T. K. (2003):

Esta colonização, da Holambra II, que era só de holandeses e o A. H. conheceu o presidente desta Holambra II, um holandês, inclusive o nome dele é Hb. Ele era da Holambra I mas, ele era presidente das duas Holambras naquela época. E ele foi o primeiro holandês que queria diversificar um pouco. Naquela época a Holambra era muito fechada, era de holandeses. E este Hb., conheceu A. H., o primeiro suíço, que foi convidado a morar na Holambra II. Então, o A. H. entrou e, aí, meu pai ficou sabendo e acabou entrando também, entraram várias pessoas e entrou uma pequena quantia de suíços dentro da Holambra II, no meio dos holandeses lá.

T. K., esposa de C.K., era filha de imigrantes holandeses da Holambra I e narrou sua ida para Lucas do Rio Verde como a reprodução de um processo iniciado com a saída dos seus avós da Holanda. Este “espírito aventureiro” era relacionado com a experiência anterior dos familiares. Bosi (1992) coloca que o processo de colonização e a migração podem, muitas vezes, alimentar a mítica do pioneiro empreendedor, pois:

Com o deslocamento que os agentes sociais fazem de seu modo de vida para outro, onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. [...], o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador, emprestando-lhe às vezes um bônus épico de risco e aventura (p.176).

Com esse histórico familiar, a decisão de ir para a gleba aparece como a continuidade de uma trajetória migrante na qual, algumas balizas biográficas - casamento e a migração - marcariam um redirecionamento do destino. Josep Fontana (1998), afirma que no trabalho historiográfico, a supervalorização da racionalização das ações dos homens pode impedir a percepção de toda uma gama de contradições presentes nas memórias, bem como das expectativas ou receios inconfessos. Na justificativa posterior das suas ações, o migrante, como todo homem, pode justificar suas ações.

O homem é mais que um animal racional, é um animal racionalizador, que justifica *à posteriori* com razões imaginárias muitas decisões que surgiram de zonas obscuras da mente. Isso explica que os homens reais sejam, por natureza, contraditórios – vistos à luz da razão – e que as suas ações não se ajustem no geral à imagem coerente que querem dar de si mesmos (p. 278).

Não havia certeza sobre os frutos daquelas mudanças e esta racionalização foi feita *a posteriori*. A construção desta memória indica como alguns desses depoentes se descrevem como portadores de um perfil que combina iniciativa empreendedora com espírito aventureiro.

O deslocamento está relacionado um objetivo racionalmente perseguido e, se ele ainda não foi alcançado a contento, a alternativa de novo deslocamento ressurge em função dos dilemas atuais. A iniciativa empreendedora e o espírito aventureiro foram apresentados como características fundamentais para enfrentar as dificuldades em Mato Grosso. Os atributos pessoais desses migrantes ganham maior destaque quando se considera os perigos e desafios percebidos a partir da imagem construída sobre o cerrado mato-grossense

4 - O OUTRO LUGAR: A IMAGEM DOS SERTÕES MATO-GROSSENSES.

A aquisição das terras implicava o enfrentamento de perigos e riscos que levaram desistência de vários membros do “grupo de interessados”. Contando sobre estas desistências, P. V. (2003) apresenta uma representação do espaço mato-grossense vigente entre aqueles moradores de São Paulo:

Deu trabalho para nós arrumar 50 associados para fazer essa cooperativa! (...) Chegava no outro lá, que tinha outro tratorzinho, plantava dez, vinte alqueires. Claro, plantava bem, colhia bem. Só que eram dez alqueires! Pouquinha coisa. Vamos para o Mato Grosso, fulano? - Não, não posso ir não porque minha família não quer ir. Lá é muito feio, lá tem gente que mata, lá tem bandido, lá tem índio, lá tem onça. Na verdade tem onça mas índio não tem e nem matador também não tem.

O receio por trás da desistência da maior parte daqueles interessados remete às reflexões de Martins (1997) afirma que, no Brasil, “para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade de fronteira, a fronteira aparece frequentemente como o limite do

humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal.” (p.163).

As terras mato-grossenses eram fronteiras geográficas, bem como eram fronteiras simbólicas, um local nos confins da civilização, “ um limite a partir do qual podia descortinar-se um espaço vazio de civilização.” (Galetti, 2000, p. 41).A análise da literatura de viajantes que visitaram o Mato Grosso, da metade do século XIX até início do século XX, sintetiza a caracterização do espaço mato-grossense:

Em resumo, um lugar longínquo, perdido no tempo e no espaço, Um território gigantesco, a desafiar uma população diminuta, composta por uma maioria de mestiços indolentes, cujos hábitos e atitudes os colocavam nos limites da barbárie, e por um expressivo contingente de selvagens, vivendo na infância da humanidade, um depósito de riquezas naturais abundantes e inesgotáveis que prometiam um futuro fabuloso tão logo pudessem ser exploradas pelas maravilhas da técnica, do capital e do trabalho disciplinado, oriundos do mundo europeu. (Galetti, 2000, p. 43).

No final do Século XX, nossos depoentes ainda representavam o espaço mato-grossense como “um grande e incivilizado sertão, uma remota fronteira da pátria, área que era imperativo ocupar, colonizar, civilizar, desenvolver, modernizar para garantir a integridade territorial e política do Brasil” (Galetti, 2000 p. 43).

O interesse inicial da direção da Holambra II reduziu-se, entre outros motivos, pelo tipo de solo, pelos tratamentos necessários e pelo tipo de cultura mais rentável que destoava da experiência de cultivo em áreas menores, com produtos com valor significativo e sem maiores custos relacionados à logística de insumos e produtos. Outros riscos se desenhavam com a presença dos posseiros e a confusão referente à documentação fundiária em Mato Grosso que poderia comprometer o reconhecimento oficial dessas terras, conforme depoimento de C. K. (2003):

Quando essa terra aqui foi decidida pra fazer a Holambra III, alguma coisa aconteceu em Brasília. Um deputado, um alguém lá em Brasília, conseguiu impedir que isso aqui fosse doado para fazer uma colonização, porque parece que a terra era dele, ele tinha direito. (...) Começou entrar com politicagem, começou entrar gente achando que tem direito, então pulamos fora. Os outros? Sobrou o que? Uns 50 interessados, naquela época, falamos então: - Vamos continuar pagando aquela mensalidade pra vê se sai alguma coisa. É capaz de sair ainda.

Muitas áreas obtidas de maneira fraudulenta, sem registro em cartório, se transformavam em objeto de disputa quando os interesses destes proprietários eram despertados pela requisição das terras por parte de empresas colonizadoras ou pela presença de posseiros que começavam a se instalar. Assim, as cooperativas de Holambra I e II desligaram-se do projeto de colonização em Mato Grosso e, conseqüentemente, um grande número de membros do "grupo de interessados" desertou.

Os interessados que persistiram ainda enfrentariam receios relacionados à reserva das terras para o projeto, o que motivou o contato com os “posseiros” já instalados na Gleba de Lucas do Rio Verde³.

5 - INCRA E PARCELEIROS: REORIENTAÇÃO DO PROJETO.

Em 1981, um telejornal surpreendeu N. H. e C. K. ao noticiar que parte dos acampados da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, seriam assentados na Gleba de Lucas do Rio Verde, através do Plano Especial de Assentamento - Lucas do Rio Verde pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A notícia se referia aos decretos presidenciais nº 8.306 e nº 8307 que declararam a Gleba do Rio Verde como área prioritária para fins de reforma agrária emergencial e

ordenavam a regularização fundiária de 85 famílias de posseiros reconhecidos pelo INCRA, o assentamento de 900 famílias da Encruzilhada Natalino e a criação e instalação de uma cooperativa.

Após contato telefônico com a unidade do INCRA em Brasília, intermediada por uma consultoria especializada, foi fundada a COOPERLUCAS com o registro do Estatuto Social da Cooperativa no cartório do município de Diamantino. A COOPERLUCAS foi oficialmente criada em 22 de dezembro de 1981 conforme ata de criação registrada no Cartório de Diamantino-MT.

O desenvolvimento do projeto da COOPERLUCAS já vinha ocorrendo incorporando alterações em relação à concepção original em função de imposições do INCRA para efetuar a regularização do projeto. Uma primeira alteração era a redução da área destinada à cooperativa e a consequente redução do tamanho dos lotes particulares. A segunda alteração era o deslocamento da área original para mais de 35 km de distância da BR - 163 que, além do isolamento, implicaria maiores dificuldades para o escoamento da produção e para o surgimento de um núcleo urbano. A terceira alteração era a responsabilização da cooperativa por serviços como saúde e educação tanto dos cooperados, quanto dos parceiros do INCRA, como ainda dos posseiros regularizados.

A quarta alteração era a inclusão dos posseiros regularizados e dos parceiros do INCRA como associados da cooperativa em um dado prazo. Segundo N. H. (2003) o crescimento da cooperativa pode implicar “o distanciamento dos associados porque, quando a cooperativa fica muito grande, começa a delegar tudo às autoridades, à diretoria e o associado, que é o primeiro interessado, fica muito distante.”. O crescimento do número de associados com a inclusão dos parceiros e posseiros anunciava outro problema: a aceitação de associados com outros interesses e outras experiências produtivas. Ainda que a alcunha de empresários trouxesse algum desconforto, pode-se observar que algumas estratégias de organização empresarial da atividade agrícola estavam calcadas na experiência de vida e trabalho em uma cooperativa que, como tal, apresenta diversos aspectos empresariais. Essa situação não era diferente na Holambra II que, desde sua criação, surgira como uma cooperativa de exploração privada e não como cooperativa integral como fora Holambra I nos seus primeiros anos. A organização empresarial em uma cooperativa estava presente na experiência anterior dos cooperados, bem como em seu horizonte de perspectivas.

O INCRA e o grupo de interessados, reunidos na da COOPERLUCAS celebraram o Pacto de Ação Conjunta. Posseiros e parceiros do INCRA foram os outros agentes sociais com os quais os associados interagiram.

No caso dos parceiros, esta interação jurídica foi anterior ao primeiro encontro físico. A possibilidade de convivência entre parceiros e cooperados, materializou-se quando os primeiros “paulistas” chegaram a gleba.

Chama à atenção a distinção feita dentro do grupo de parceiros assentados. O primeiro grupo era de pequenos proprietários fixados em sítios às margens da estrada onde foi montado o acampamento da Encruzilhada Natalino e que se misturaram aos acampados e aproveitaram o momento da inscrição para ampliar seu patrimônio fundiário. O outro grupo eram trabalhadores rurais sem-terra vinculados àquela luta social por terra para trabalho e subsistência naquela região. As diferenças de experiências e de interesses tornariam mais difícil convivência com o segundo grupo de parceiros.

A mentalidade desse povo não era preparada pra isso. (...) O pessoal veio, acostumado arar com burro esse tipo de coisa! Capinar com enxada! (...) Você de repente dá 200 hectares para uma pessoa desta, numa região desta que a terra é ácida. Você precisa de máquinas, de um monte de coisas. (...) O pessoal não sabia mexer com isso, não tinha preparo para mexer com isso e não tinha dinheiro também. Para você mexer com 100 hectares, 50 hectares você precisa de dinheiro. Se você não tem dinheiro, você tem financiamento pra começar. Aí como é que você vai financiar um trator para um cara que nunca viu um trator na vida dele. Então o pessoal que veio aqui era um pessoal errado, não era um pessoal para fazer isso.

A fronteira se caracteriza por uma situação de conflito social, “nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, é isso que faz dela uma realidade singular, (...) mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.” (Martins, 1997, p. 151).

Eram os novos vizinhos, em novo endereço e em novos dias. Dias de acampamentos de lona cedidos pelo 9º BEC e “(...) do ônibus chegando cheio de pessoas lá do Rio Grande e, atrás dele, o caminhão trazendo cachorro, trazendo galinha, um monte de mudanças em cima, a maioria de móveis dessa primeira leva de parceiros” (Depoimento de N.H.). De fato, não era a “primeira leva de parceiros do INCRA” mas, sim, a 3ª turma de parceiros.

Dias de aberturas das divisas entre os lotes e dias de cuidados com os restos do jantar porque “se você deixasse resto de comida, de noite, lá fora... a onça vinha e comia o resto da comida, de noite, lá fora do barraco” conforme depoimento de N.H. (2003). Dias de cerrado a ser desbravado para a instalação da sede da cooperativa e a construção da nova vida. Era a efetivação do recomeço.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a Holanda estava devastada e havia falta de terras para as famílias, com taxas de natalidade tradicionalmente elevadas. Assim, o governo holandês, incentivou a emigração para o Canadá, Austrália, França e para o Brasil que passou a figurar como destino devido a aceitação da imigração holandesa em grupos organizados.

A KNBTB (Kathoelieke Nederlandse Boeren en Tuideresbond - Associação de Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda) enviou para o Brasil uma comissão para viabilizar o projeto de imigração e firmar acordo junto ao governo brasileiro. O governo do Estado de São Paulo interessou-se pela vinda dos agricultores holandeses que poderiam se dedicar ao abastecimento da cidade de São Paulo com leite e outros hortigranjeiros. Com a legislação imigratória vigente na época, a solução encontrada foi a distribuição do efetivo em dois grupos migrantes - sendo um espontâneo e outro dirigido - e a criação de núcleos nos quais os holandeses seriam inseridos junto com os nacionais. Entre estes núcleos estava Holambra.

Em 15 de Junho de 1948, o Ministro para Assuntos de Colonização, Jorge Latour, fechou acordo com o diretor do Frigorífico Armour do Brasil, em Chicago, acertando a compra de 5.000 hectares da Fazenda Ribeirão, no município de Jaguariúna-SP, para assentamento de camponeses holandeses que poderiam instalar propriedades mistas, surgindo assim a Cooperativa Agropecuária de Holambra, conhecida como Holambra I. Segundo Abreu (1971), a cooperativa se dispunha à construção de uma comunidade "baseada sobre os ideais do cristianismo (englobava apenas agricultores católicos romanos) através de métodos cooperativos que implicava em padrões de relativa igualdade entre todos seus membros, refletindo-se isto em uma experiência em tendências socializantes, coletivistas e altamente idealistas" (p. 84).

Em 1968, a Holambra I já abrigava uma considerável população de nacionais, fixa ou flutuante, encarregada de executar parte dos serviços na colônia, sendo que 90% dos colonos contratavam mensalistas. Apesar deste convívio, esses nacionais formavam uma comunidade marginal em relação ao grupo de imigrantes. A aculturação era incipiente e o contato entre os dois grupos era limitado como revelam a existência de calendários distintos para festas de brasileiros e de holandeses e o uso da língua holandesa para comunicação doméstica em 90% das famílias. Esta separação entre brasileiros e holandeses estava muito relacionada à formação de uma comunidade rural fortemente aglutinada em torno da cooperativa.

No que se referia à produção, em 1968 a cooperativa aparecia como uma poderosa entidade de modernização agrícola intervindo desde o estudo de mercado até a comercialização. A intervenção da cooperativa na vida do imigrante se fazia sentir, também, nos serviços médicos e sociais prestados.

Outras atividades organizadas e / ou mantidas pela cooperativa – escola, igreja, lazer, biblioteca – são identificadas como as razões da manutenção dos padrões culturais trazidos pelos imigrantes.

Devido a algumas crises ocasionadas pela mudança do estatuto e dos objetivos da cooperativa alguns migrantes se deslocaram para outras colônias de holandeses. Outros compraram terras no próprio Estado de São Paulo ou saíram da colônia.

A recuperação econômica da cooperativa e a contínua vinda de holandeses levaram à criação de uma segunda cooperativa, em 1960, a Cooperativa Agroindustrial de Holambra, conhecida como Holambra II, localizada no município de Paranapanema - SP. Este mesmo desenvolvimento econômico caracterizado pelo aumento da escala de produção dos holandeses levou ao maior uso de mão de obra assalariada nos lotes, descaracterizando a produção baseada na estrutura de sítios com trabalho familiar. “A comunidade de sítiantes se transformou em uma comunidade empresarial” (Herbers, 1989, p.248).

2 Simona Cerutti alerta sobre o risco do uso das categorias generalizantes nas análises históricas. Ainda que sirva à delimitação de agregados sociais compreensíveis para os pesquisadores, estas categorias podem destoar da experiência dos atores históricos envolvidos, ocultando componentes fundamentais da dinâmica social analisada. A categoria social criada é transformada em uma realidade coerente por meio destes expedientes de nomeação e classificação nos quais:

Pouco importa se não compartilhavam os mesmos interesses ou os mesmos ideais: a classificação ignora o problema da validade de seus próprios critérios aos olhos dos protagonistas da época e, sob a aparência de uma leitura neutra da realidade reifica grupos sociais. Através dela, desliza-se assim do indivíduo em direção ao grupo, já que a classificação subentende a noção de interesse comum para membros da mesma categoria (Cerutti, 1998 p. 236-237).

3 Em sua maior parte, os “posseiros” eram oriundos dos estados da Região Sul e haviam usado a BR-163 (Rodovia Cuiabá – Santarém) como caminho. A estrada, ainda em construção pelo 9º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção), estava aberta ao tráfego desde 1973. Segundo a Lei nº. 1164 de 1º de abril de 1971, as glebas de terras devolutas às margens das rodovias federais eram jurisdicionadas à União, disponíveis para colonização.

Somada a esta estava determinação legal estava a prerrogativa de usucapião vigente conhecida pelos posseiros. A ocupação efetuada pelos posseiros era motivada pela possibilidade de reconhecimento oficial da propriedade dessas terras, desde que comprovassem uma ocupação pacífica com morada habitual por período igual ou superior a 05 anos, segundo os critérios do Estatuto da Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e periódicos:

- ABREU, A. A. (1971) *A Colonização Agrícola Holandesa no Estado de São Paulo - Holambra I. Contribuição à geografia do Povoamento do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia da USP. 114 p.
- BERTRAN, P. (1988) *Uma introdução a História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN – GO / UCG.
- BOSI, A.(1992) *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARDOSO, F. H.; MULLER, G.(1977). *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo-SP: Brasiliense S.A.
- CASTRO, S. P. et all. (1994) *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: Ed UFMT.
- CERUTTI, S. (1998) *A construção das categoriais sociais*, In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.) *Passados recompostos – campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ / Ed. FGV.

- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, P. (1999) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC.
- DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. (2006) *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (1998) *Usos e Abusos da história oral*. 2. Ed., São Paulo-SP, Editora FGV.
- FONTANA, Josep. (1998) *História depois do fim da história*. Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- GALETTI, L. S. G. (2000) O poder das imagens: o lugar de Mato-Grosso no mapa da civilização. In: SILVA, L. S. D. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Editora da UFG.
- HERBES, R. G. (1989) *Cooperativismo e desenvolvimento de comunidade rural: o caso da Holambra*. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia – UNICAMP)
- IANNI, O. (1971) *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LENHARO, A. (1986) *Colonização e trabalho no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LUCENA, C. T. (1999) *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência.
- MARCON, T. (1997) *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EDIUPF,
- MARTINELLI JÚNIOR. O. (sem data) Considerações sobre a formação do complexo agroindustrial brasileiro. In: D'AQUINO. Teresinha. (org.). *A questão agrária*. Marília: UNESP – FFC. (mimeo.)
- MARTINS, J. de S. (1997) *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- MINC, C. (1985) *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- MORENO, G. (1993) *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- MÜLLER, G.. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, 3 (7), setembro - dezembro de 1989. p. 109-136
- OLIVEIRA, A. U. BR-163: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (2005) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq.
- SANTOS, J. V. T. dos. (1993) **Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes.
- SCHNEIDER, J. E. (1981) O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M. R. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez. p.11- 40.
- SILVA, M. A. de M. (2004) *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP.
- VON SIMSON, O. R. de M. (1997) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP.
- THOMPSON, P. (1992) *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOLENTINO. C. A.. F. (sem data). A revisão agrária: a reforma agrária “Bandeirante” de Carvalho Pinto. In: D'AQUINO. Teresinha. (org.). *A questão agrária*. Marília: UNESP – FFC. (mimeo.)
- ZART, L. (1998) *Desencanto na nova terra: Assentamento de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis.

Documentos impressos e documentos em meio eletrônico:

- BRASIL, *Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. In: SENADO FEDERAL. *Legislação Republicana Brasileira*. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório de visita ao projeto Lucas do Rio Verde*. Diamantino: 19 de maio de 1982. Arquivo da CPT - Cuiabá
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório de visita ao projeto Lucas do Rio Verde*. Cuiabá. 4 de junho de 1982. Arquivo da CPT - Cuiabá
- COOPERLUCAS. *Diretrizes gerais da Cooperativa de Lucas do Rio Verde*. Arquivo da COOPERLUCAS. Lucas do Rio Verde: Arquivo da COOPERLUCAS. 19 de agosto de 1982.
- CORREIO DE MATO GROSSO. *Colonos gaúchos chegam a Lucas do Rio Verde*. Cuiabá: 13 de dezembro de 1981. Acervo do NERU - UFMT (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos).
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Acordo de ação conjunta entre o INCRA e a COOPERLUCAS, intermediado pela FEMECAP*. Lucas do Rio Verde: Arquivo da COOPERLUCAS. sem data.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde. Anteprojeto – 1º etapa*. Brasília: Agosto de 1981. Acervo do NERU - UFMT (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos)..
- JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. CPT repudia exploração em Lucas do Rio Verde. Cuiabá: 06 de junho de 1982. Arquivo da CPT – Cuiabá
- JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. *INCRA desmente a CPT: não há violência nos projetos*. Cuiabá: julho de 1983. Arquivo da CPT – Cuiabá.
- JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. *Reforma agrária do governo é uma farsa, diz Pastoral*. Cuiabá: 29 de junho de 1983. Arquivo da CPT – Cuiabá
- JORNAL ZERO HORA. *Agricultores preparam colheita em Mato Grosso*. Porto Alegre: 09 de março de 1982. Arquivo da CPT – Cuiabá
- JORNAL ZERO HORA. *Os colonos do Natalino e a questão agrária no país segundo o Coronel Curió*. Porto Alegre: 15 de fevereiro de 1982. Arquivo da CPT – Cuiabá
- MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT. *Ata de criação da Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde Ltda*. 22 de dezembro de 1981.
- MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT. *Estatuto da Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde Ltda*. 22 de dezembro de 1981. Estatuto aprovado pela Assembléia Geral de Constituição da COOPERLUCAS realizada em 22 de dezembro de 1981 e transcrito do Livro de Ata no. 1, sob as folhas 01- 43 com lista de associados